

# UMA AFRONTA PESSOAL

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Para que as famílias possam cooperar efetivamente na educação dos filhos, e para que a sociedade venha a se beneficiar da harmonia fecunda que se deve estabelecer entre a família e os institutos de ensino, é indispensável que esses institutos tenham a liberdade de organizar seus currículos e programas em conformidade com as legítimas preferências de cada grupo social. Antes de mais nada devo frisar que não apelo para a desvairada liberdade total do liberalismo que nega ao Estado qualquer interferência. Não tenho a menor relutância em admitir certas exigências mínimas, e certo tipo moderado de fiscalização governamental. Ao contrário, julgo que compete ao Estado uma parte apreciável e imprescindível na realização da grande tarefa comum; mas contendo energicamente o direito, atualmente em exercício, que o Estado se arrogou de determinar rigidamente toda a estrutura do ensino, sem deixar margem alguma para aquelas legítimas preferências dos pais a que se referia Pio XI.

Tomemos por exemplo o curso ginasial. Eu considero um desafório, uma afronta pessoal, a obrigação que impõe o Ministério da Educação à minha filha X. de estudar, na quarta série, as doze matérias programadas — português, matemática, geografia, história geral, história do Brasil, latim, francês, inglês, ciências, música, desenho e trabalhos manuais — e de frequentar a aula chamada de educação física. E note bem o leitor que não me queixo pura e simplesmente da abundância de matérias. Queixo-me sobretudo da obrigatoriedade dessa abundância. E se alguma engenhosa reforma reduzir a três ou quatro as matérias da quarta série ginasial, queixar-me-ei da obrigatoriedade da simplificação. Acho indispensável, para o bem da cultura, e para o melhor aproveitamento dos varios tipos humanos, uma razoável diferenciação que deixe aos pais o critério da escolha. Tomemos o caso do latim. Devo dizer antes de mais nada que muito prezo o estudo do latim e que muitas vezes lamentei o fato de ter aproveitado tão pouco o que aprendi. Mas acho profundamente estúpida a idéia de generalizar a necessidade do estudo do latim no ginasial, e considero um desafório, uma afronta pessoal a obrigação que me impõem de impor à minha filha X. a obrigação de estudar latim. Sou assim forçado a exercer minha autoridade paterna em contradição comigo mesmo, e é claro, claríssimo, que ninguém consegue esconder dos filhos tal contradição. A menina sabe que está estudando uma coisa que infalivelmente vai esquecer. Ela não conhece uma só, entre as mais velhas, que saiba latim, que goste de latim, e que aproveite as horas de lazer para traduzir seu Cícero ou deleitar-se com algum Virgílio. Ora, não há nada mais nocivo para a formação de uma criança do que essa idéia de que existe uma conspiração de adultos para lhe dar obrigações inúteis. Agrava-se assim a desconfiança entre as gerações, e mais agudo se torna o conflito que dia a dia toma proporções de calamidade. Se ela sentisse que a imposição vinha da autoridade paterna, e se alimentava de uma sincera convicção, podia não gostar mas não sentiria o desamparo que lhe acomete ao ver que o pai lhe impõe uma coisa em que não acredita. É horrível, para a formação do caráter infantil, a suspeita de que todo o aparato do ensino esteja afetado do mesmo irrealismo que se observa no estudo do latim. Torno a dizer que não se deve, numa cultura, interromper a tradição humanista e descuidar o estudo do latim. Seria bom que o Estado mantivesse em cada cidade mais de um instituto em que se estudasse o latim desde o ginasial, e até o grego nos anos do classico. Mas é estúpido, desvairadamente estúpido pretender que a continuidade dessa tradição deva se generalizar e atingir todos os tipos humanos. O resultado é o que se vê: os cursos de latim funcionam como vacinas que inculcam definitivamente o desgosto pelos classicos. Para proteger o humanismo, para defender o latim, para aproveitar as vocações eventuais, devemos urgentemente criar escolas em que não se estude o latim. E eu desejo isto sobretudo para proteger as filhas dos outros e as minhas. E para lhes devolver a confiança na realidade da cultura e na utilidade do que aprendem. Eu gostaria de encontrar um collegio cujo currículo, ao menos aproximadamente, concordasse com as minhas preferências, que não são exóticas nem singularíssimas, que são, ao contrario, e pelo que tenho visto e ouvido, as preferências de um vasto grupo humano, e que representam as aspirações de muita gente que não sabe bem explicar seus pontos de vista. Gostaria de encontrar um collegio em que pu-

desse conversar de homem para homem, ou de homem para mulher, com um diretor, com uma pessoa livre, desatada, capaz de entender e de atender a um caso particular, e não com um personagem tolhido que me responde com frases do Diário Oficial. Não pode haver educação, no sentido proprio do termo, no regime em que se torna impossível um contato verdadeiramente humano entre os diversos agentes educadores, e impossível o atendimento dos casos particulares. Educar, antes de mais nada, é tratar cada um como uma pessoa com suas características proprias, e não estabelecer uma fôrma por onde devem passar as almas como uma fabrica de salsichas. Para isso é preciso que os institutos de ensino tenham autonomia, e sejam diferenciados. Bem sei que não pode haver solução perfeita, e que sempre terá o pai e o filho de sacrificar algumas preferências pessoais ao funcionamento coletivo. A escola é ao mesmo tempo uma extensão da família e uma condensação da sociedade civil. Tem, ou deve ter, dimensões que se ajustem aos dados pessoais, e dimensões que iniciem o convívio social. Mas não pode ser, sem grave dano para as almas infantis, uma pequena condensação de um estado totalitário.

Imagino diversos tipos de currículos, desde aquele que abranja um numero grande de disciplinas, sem chegar ao desvario de incluir doze matérias numa serie, até um outro que se limite a três ou quatro matérias fundamentais por serie. Em tal quadro, o numero de professores é menor e o ensino poderá ser mais barato sem sacrificio da qualidade e da seriedade das matérias tratadas. E os professores podem ser mais bem pagos.

Respondendo já à objeção que facilmente se prevê. Com tal diferenciação de quadros todos correriam para os collegios mais faceis. Esta objeção baseia-se em dois pressupostos: o primeiro é que todos os pais são incapazes de discernir o que convém aos filhos; o segundo é que o curso secundario só serve para conferir licença de ingresso nos cursos de nível superior. Deixando o primeiro, de inspiração nitidamente totalitaria, respondo ao segundo. Não há idéias mais errada e concepção mais funesta. Todos os educadores sabem hoje que o nível secundario é o mais importante para a formação humana, o mais rico em elementos que dilatam a personalidade. Os chamados níveis superiores são mais especializados do que superiores, ou se quiserem, serão superiores "secundum quid."

Para devolver aos cursos secundarios o valor proprio comprometido pela vinculação rigida em vigor, e para permitir aquela indispensável diferenciação, torna-se necessario fazer mais flexível a

vinculação entre os dois níveis de ensino. É uma vantagem suplementar, e nada desprezível, de uma ligação mais adaptável e mais flexível, seria a sensível diminuição do mercantilismo, que só funciona com plena eficacia neste regime em que é vital, para os moços que aspiram à universidade, ter em ordem, burocraticamente todos os títulos do curso secundario.

O ingresso na universidade poderia depender de um minimo de títulos anteriores em combinação com um vestibular adequado e severo. E até, a custa de um exame vestibular mais extenso, poderia ser dispensado qualquer título de encadeamento entre os dois níveis. Não é nenhum absurdo admitir uma hipótese de ingresso na universidade somente com o exame vestibular. Se o aluno sabe geometria, pouco importa à banca e ao país, se a aprendeu no Brasil ou na Patagonia, por ciencia adquirida ou infusa. Ele sabe geometria. A real capacidade de um homem, para estes fins, mede-se por sua ciencia e não pelo itinerario dela. Milhares de moços de valor invulgar (pelos quais deveríamos ter uma especial solicitude) que sofrem severas limitações economicas, poderiam, em regime tão flexível, organizar seus estudos em conformidade com suas poucas horas de folga. Essa liberdade funciona muito melhor do que hoje creem. Posso dar um testemunho pessoal. No tempo em que ingressei na antiga Escola Politecnica, ninguém me perguntou de onde vinha. Fiz o exame e entrei. E pelo que ainda me lembro de mim, seria capaz de dar alguma resposta desabrida a quem viesse perguntar onde aprendera eu que as bissetrizes de um triangulo se encontram num ponto. Interrompi o curso secundario no ponto que me pareceu proprio, entrei num curso especial de matematica, muni-me de livros das outras matérias, e apresentei-me assim na secretaria da Escola Politecnica para pedir matricula no vestibular. Já estava no segundo ano quando sofri uma agressão de um velho professor. Ele queria que eu dissesse que um tal precipitado de cobalto tinha a cor da flor do pessegueiro. Dizia eu que era cor de rosa, e ele, tirânico, declarou que aquilo provava que eu não tinha frequentado suas aulas. Ora, ocorre que eu era um dos melhores alunos da materia. Havia montado em casa um pequeno laboratorio e já tinha alunos que me pagavam os tubos de ensaio. Pude, então, responder àquelle examinador totalitario que não era só na sua aula que se podia aprender quimica.

Perdoe-me o leitor a fanfarronada; mas conto esse pequeno episodio dos bons tempos de ensino liberrimo porque desejo para os moços de hoje a recuperação da boa altivez de antigamente.